



Número: **0800590-93.2020.8.15.0051**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de São João do Rio do Peixe**

Última distribuição : **18/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO DE SOUZA ROLIM NETO (AUTOR)		EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
31683746	18/06/2020 16:56	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
31684251	18/06/2020 16:56	<a href="#">INICIAL NEGADO</a>	Outros Documentos
31684254	18/06/2020 16:56	<a href="#">DEC DE POBREZA E PROCURAÇÃO</a>	Procuração
31684261	18/06/2020 16:56	<a href="#">Doc Pessoal(1)</a>	Documento de Identificação
31684267	18/06/2020 16:56	<a href="#">BO</a>	Documento de Comprovação
31684268	18/06/2020 16:56	<a href="#">Doc Médico</a>	Documento de Comprovação
31684270	18/06/2020 16:56	<a href="#">Ent Adm</a>	Documento de Comprovação
31684271	18/06/2020 16:56	<a href="#">GuiaCustas(1)</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
31699659	02/07/2020 10:07	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

Em anexo.



CAMPINA & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
KELLY MARIA MEDEIROS NASCIMENTO  
WAMBERTO BALBINO SALES  
Rua Floriano Peixoto, 4510, Malvinas  
Campina Grande - Paraíba  
Tel (83) 9.9829-8855

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DE UMA DAS  
VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE, ESTADO DA  
PARAÍBA.**

JOÃO DE SOUZA ROLIM NETO, brasileiro (a), casado, agricultor, inscrito  
(a) no CPF sob nº 088.443.974-71, podendo ser intimado (a) no (a) Rua Antônio Felipe,  
75, Centro, Santa Helena, Paraíba, CEP: 58.910-000, Cel.: (83) 9.9665-7776, por intermédio  
de seu ou sua bastante procurador (a) que esta subscreve, com escritório profissional localizado  
acima em epígrafe, onde deveria receber as intimações, vem perante V. Ex<sup>a</sup>, propor o presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.**

**Contra:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, Inscrita no CNPJ de  
nº 09.248.608/0001-04, com endereço situado na Rua da Assembleia nº 100, 21º andar, Rio de Janeiro, CEP:  
20.011-904, **podendo ser citada por meio eletrônico, conforme Artigos 5º, 6º e 9º da Lei nº 11.419/2006  
e Artigos 231, V, 246, V, §§ 1º e 2º, 270, e 1.051, do Código de Processo Civil, expondo e requerendo ao  
final o seguinte:**

**Ab Initio**

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à  
Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência  
judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte  
em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de n.º  
1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*. Assim, procura-se evitar  
*que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição  
social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária  
visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.*



**PRELIMINARMENTE:**

Informa a defesa da parte autora que fora proposta ação idêntica, sob o número 0800317-56.2016.8.15.0051, sendo a mesma extinta sem resolução do mérito, com decisão transitada em julgado em 23 de outubro de 2019, afastando a prescrição para o caso em tela.

**SINOPSE DOS FATOS:**

O autor fora vítima de trânsito, fato ocorrido no dia 22 de agosto de 2013, por volta das 07hs00min, quando o mesmo conduzia uma motocicleta tipo Honda/CG 125 NXR BROS KS, ano/modelo 2003, de cor azul, de placa MMW-6279, pelo centro da cidade de Santa Helena – PB, momento que, perdeu o controle de direção do seu veículo, vindo a cair bruscamente ao solo, causando um forte impacto, sofrendo diversas lesões pelo corpo, sendo socorrido para o Hospital Regional de Cajazeiras, na Paraíba, conforme certidão de ocorrência em anexo.

Devido às gravidades das lesões, o requerente fora submetido a intervenções médicas em virtude de uma **FRATURA DO MEMBRO SUPERIOR**, dentre outras complicações físicas.

Na esfera administrativa o processo foi recepcionado e registrado sob número **3150/664931**, atendendo dessa forma deliberação de lavra do STF, conforme documento em anexo.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer de acidente de trânsito requereu administrativamente, seguro – DPVAT, sendo que, a seguradora, negou o pagamento da indenização conforme documentos em anexo. Destarte, atendendo *decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, cumpre a decisão exaurida nos seguintes termos:*

**"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG.1." (grifo nosso).**

Ora Douto Magistrado, tratando-se de seguro DPVAT, o beneficiário deve ingressar com o pedido de indenização sendo que na esfera administrativa ocorre três hipóteses:



**Primeiro-** a documentação é recepcionada pela seguradora onde após analisada a vítima é periciada por **médicos indicados e pagos pela autarquia** posteriormente, é liberado de forma unilateral quantum em favor da vítima;

**Segundo** - O processo é recepcionado pela seguradora onde os analistas entendem que a documentação não encontra-se dentro dos critérios criados pela Seguradora dos Consórcios do Seguros DPVAT, entenda-se: **“exigências”** não inseridas, contidas na Lei nº 6.194/74, são pendenciados os processos e ficam suspensos até o cumprimento da “pendência” administrativa;

**Terceiro** - A requerida analisa e decide **“NEGAR/INDEFERIR”** o processo administrativo não tendo a vítima conhecimento do teor do indeferimento, visto que, a “decisão” é interna e o mais grave ainda é que, na via administrativa não se tem a quem recorrer. Essas são as três principais correntes, linhas para concessão, ou, não do seguro DPVAT, em nosso país.

<p><b><u>DA PRETENSÃO RESISTIDA: RESISTÊNCIA DA REQUERIDA EM NÃO LIQUIDAR O DPVAT.</u></b></p>
--

No caso sob judice, ocorreu a **“NEGATIVA”** do pagamento da indenização, o processo Douro Julgador, não foi pendenciado para que o autor pudesse produzir os documentos exigidos administrativamente, não pelo contrário, o que pode ser observado é que a requerida, negou, cancelou, o processo de forma abrupta, sem qualquer respaldo normativo, visto que, nunca é demais ressaltar que os documentos necessários ao pagamento da indenização estão elencados na Lei nº 6.194/74.

**“ Art. 5º** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

**§ 1º** - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

**a)** Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte;”

Os documentos para requerimento do DPVAT- Boletim de ocorrência Policial; documentos de identificação do beneficiário, comprovante de residente; preenchimento do formulário de aviso de sinistro; documento do veículo, ou, motocicleta; data da entrada hospitalar e



prontuário médico. Esses são os documentos indispensáveis para o requerimento do seguro obrigatório segundo a Lei.

No caso sob judice a seguradora requerida deixa claro que o processo administrativo foi “**NEGADO**”, conforme documento acostado aos autos.

Não poderia a parte autora, fica a mercê da requerida, mesmo porque nesse caso o processo foi “**NEGADO**”, visto que, o requerente deixou de cumprir as exigências administrativas, criadas indevidamente pelos órgãos SUSEP/ CNSP, bem como, decisões exauridas pelo Conselho da Seguradora Líder.

Torna-se oportuno ressaltar que o **Supremo Tribunal Federal**, ao estabelecer o exaurimento via administrativa nos processos do INSS, no caso do seguro DPVAT, não obriga ao **segurado/beneficiário** ingressar com recurso administrativo junto a autarquia.

O fato é que inviabilizado o processo na via administrativa (negado/cancelado), quando as ocorrências retro citadas não estarem firmadas no contexto legal da Lei nº 6.194/74, cabe ao requerente buscar o Poder Judiciário, para fazer valer a norma jurídica, visto que, a pendência exaurida pela promovida é uma forma de procrastinar o máximo a indenização do seguro DPVAT.

Ora Douto Julgador, a pretensão resistida da requerida esta devidamente comprovada no documento acostado pela parte autora, onde é fato contundente, visto que, não existe meios administrativos que possam retroagir, revogar a decisão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, para que autarquia venha apreciar consequentemente, pagar a indenização nos exatos termos da Lei nº 6.194/74.

A burocracia da requerida entenda-se inúmeras exigências administrativas criadas mensalmente, inseridas no processo DPVAT, o que torna bastante complexo a formatação de um processo, onde, por exemplo, a montagem de um processo em um mês jamais seguirá o mesmo formado no próximo, as “exigências” são geradas a cada “**reunião**” do conselho que administra a autarquia.

As pessoas que militam no seguimento DPVAT, sabem das alterações impostas mês após mês, sem que os órgãos que deveriam fiscalizar viessem a atuar de forma permanente.



No Brasil, atual a sociedade observa as mudanças ocorridas em diversos setores autarquias, ministérios, próprio congresso nacional teve seu presidente afastado, toda essa realidade possa ser implementada também na promovida, não seria sonhar demais que um dia a Policia Federal, que vem desenvolvendo um trabalho brilhante em vários seguimentos da sociedade alcançassem também a **Seguradora dos Consórcios do Seguro DPVAT**, mesmo porque o **Tribunal de Contas da União**, descobriu fraudes se não vejamos:

**“O lucro da Líder vem de 2% do faturamento do DPVAT, menos outras despesas, e em 2010 o valor girou em torno de R\$ 5,8 bilhões. Nos últimos quatro anos, o valor total arrecadado com o seguro foi o triplo . O Tribunal deu 90 dias para a Susep Susep (Superintendência de Seguros Privados) --o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização, vinculada ao Ministério da Faze... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/08/seguro-dpvat-nao-tera-aumento-em-2012-afirma-seguradora.htm?cmpid=copiaecola>- Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/08/seguro-dpvat-nao-tera-aumento-em-2012-afirma-seguradora.htm?cmpid=copiaecola>”** (fonte Google).

<b><u>DO ONUS DA PROVA</u></b>
--------------------------------

O art. 373 do CPC, determina:

*“ O ônus da prova incumbe:*

*I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;*

*II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

*§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.”*



Reitera o requerente que o seu processo foi “negado”, via administrativa, motivo pelo qual, invocou a tutela jurisdicional do Estado, através do seu órgão jurisdicional, para dirimir o conflito.

**DO DIREITO:**

A Lei n. 8.841, de 13 de julho de 1992, estabelece disciplina e regulamentou o seguro DPVAT, em nosso país, preceitua dentre vários critérios que após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário a seguradora terá 15 (quinze) dias para pagar o seguro aos que dela fazem “jus”.

*Como se observa no dispositivo legal cuja vigência se aplica nos casos relativo a acidente de transito, determina o pagamento da indenização mediante a “SIMPELS PROVA DO ACIDENTE”. Destarte, a prova do sinistro, encontra-se consubstanciada na prova documental fornecida pela unidade medida que atendeu a vitima/promovente, conforme se infere nos autos.*

No mesmo curso:

**“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores e prazos nos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.” (Grifo Nosso)**

O cidadão comum encontra-se a margem diante das varias alterações sofridas pela Lei n° 6.194/74, através da Medida Provisória n.º 340/2006, transformada na Lei 11.482/2007, que além de colocar os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras, em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.

**- DA JURISPRUDÊNCIA:**

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, tem entendimento consolidado em idêntico pedido:

**“ (AC n° 2012.018378-9, AC n° 2013.002870-9 e AC n° 2012.013210-8, de Relatoria do Des. Amílcar Maia, 1ª Câmara Cível, j. 30/01/2014; AC n° 2013.018028-1, Rel. Des. Expedito Ferreira, 1ª Câmara Cível, j. 19/12/2013; AC n° 2013.013182-4, Rel. Des. João Rebouças, 3ª**





Câmara Cível, j. 28/01/2014; AC nº 2012.017060-3, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 05/11/2013). “

Já o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento sumulado, por meio do Enunciado nº 474, de que a indenização deve ser paga de acordo com o grau da debilidade sofrida. Vejamos: “Súmula 474/STJ:

“ A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

*De acordo com a jurisprudência pátria, em casos de seguro DPVAT, aplica-se as regras preceituadas no Código de Defesa do Consumidor:*

**“ AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICAÇÃO DAS NORMAS DO CDC. INVERSÃO DO "ONUS PROBANDI. POSSIBILIDADE. AGRADO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1- A relação havida entre as partes deve ser apreciada sob a égide da Lei nº 8.078/90, pois são de consumo as relações jurídicas resultantes do contrato de seguro DPVAT. 2- a inversão do ônus da prova, contudo, não tem o condão de transferir para o fornecedor ou prestador de serviço a responsabilidade pela antecipação do depósito dos honorários periciais, pois a norma do art. 33, CPC, continua em plena vigência. 3- no entanto, caso a seguradora se recuse a realizar o referido pagamento, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelo consumidor. 4- agravo a que se nega provimento. (TJ-MG; AGIN 1.0024.08.239594-8/0011; Belo Horizonte; Décima Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Francisco Kupidlowski; Julg. 21/05/2009; DJEMG 08/06/2009)”.**

#### **DO REQUERIMENTO:**

Pelo Exposto, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a procedência da presente ação, para ao final condenar a requerida ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT, a ser aferido após a realização da perícia médica, obedecendo a Tabela incluída pela Lei 11.945/09, requerendo ainda o seguinte:

01- Seja citada a Promovida, por meio eletrônico, **conforme Artigos 5º, 6º e 9º da Lei nº 11.419/2006 e Artigos 231, V, 246, V, §§ 1º e 2º, 270, e 1.051, do Código de Processo Civil**, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;



02- Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de **Prova Pericial**, no sentido de quantificar o grau de lesão, quesitos seguem ao pé desta;

03- seja os valores devidamente corrigidos desde o evento danoso, conforme Sumula 54 do STJ;

04- requer a produção de prova pericial cujo requisitos seguem ao pé desta;

05- *Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, requer a parte autora e desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse em autocomposição, visto que, em demandas similares inexistente qualquer proposta por parte da Seguradora Líder;*

06- Como no caso em tela o deslinde **trata-se na confecção da prova pericial**, seja nomeado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova retro citada, nos termos do art. 31.II da Lei nº 11.945/2009;

07- requer seja designada audiência de instrução e julgamento;

08-seja a demandada condenada em **20%, sobre o valor da causa**, (art. 85, III CPC), referente a honorários advocatícios;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dar-se a presente o valor de **R\$ 998,00** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos.

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande – Paraíba, aos 18 de junho de 2020.

Bel. Emmanuel Saraiva Ferreira

OAB/PB 16.928



## QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:

\_\_\_\_\_.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

5) Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
(Assinatura – carimbo – CRM)



## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

**Outorgante:** São João Souza Neto, brasileira,  
ALPABET 2000, portador (a) do CPF nº  
088 443 979 71, residente e domiciliado (a) no(a)  
S. Antônio Felipe, nº 75, Santa  
Helena - PB, nomeia e outorga poderes ao

**Outorgado:** EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, brasileiro, solteiro, advogado,  
OAB 16928 PB, DARWIN WAMBERTO BARBOSA SALES, brasileiro, solteiro,  
advogado, todos podendo ser intimados na Rua Floriano Peixoto 4510, Malvinas, nesta  
cidade de Campina Grande/PB, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em  
geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE**  
**ENTRAR NA JUSTIÇA**, junto à comarca de

S. J. ~~RIO DO PEIXE~~ podendo os outorgados, confessarem, assinarem, desistirem, proporem acordo,  
receberem intimações, darem quitações, transigirem, apresentarem réplica, oposições,  
firmarem, apresentarem recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto  
bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar  
todo processo até o final do julgamento, representado ainda o outorgante, podendo ajuizar  
apelação criminal, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio  
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, podendo finalmente, praticar todos os atos  
necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

### CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente instrumento as parte outorgante e outorgado  
firmam o presente contrato, onde o fica estabelecido que **honorários advocatícios**  
**sejam pagos na base de 20%, (vinte por cento) sobre o valor bruto da**  
**condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos**  
**honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente contrato,**  
**nos termos do Art. 22, § 4º, da Lei 8.906-1994. Nada mais a constar lavro o**  
**presente que vai por todos devidamente assinado para que surta seus**  
**jurídicos e legais efeitos.**

SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE - PB, em 03/02/2015.

Outorgante: X São João de Souza Neto

\* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994,  
que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



### DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr(a) João de Souza Rolim Neto  
Brasileiro (a), 02/09/1972, portador de  
RG nº. 314.645.296 CPF nº. 088.443.174-71, podendo ser  
intimado(a) no(a) Antonio Felipe nº 75 CENTRO

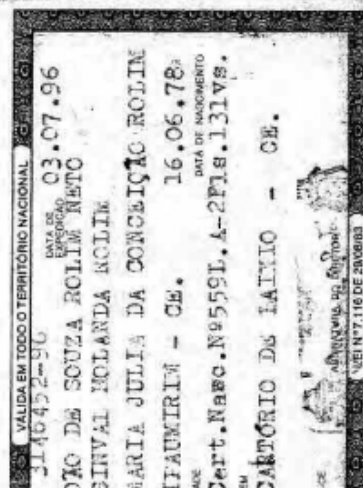
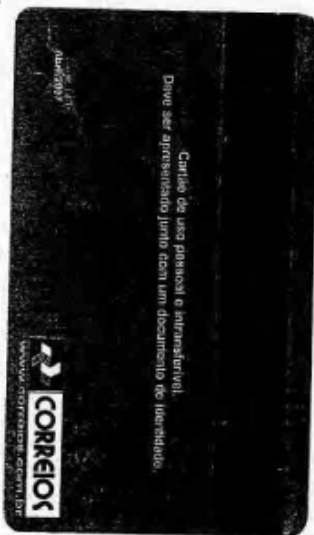
na cidade de Santa Helena Estado da  
Pernambuco. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é  
pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas  
processuais na Ação Cobrança c/c Reparação de Danos Materiais, na Comarca de  
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE - PB. Afirma ainda ser conhecedor das sanções  
penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina  
o presente.

SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE - PB, em 03/02/2015.

João de Souza Rolim Neto  
Declarante



Delega: Maria Helena  
Fonu: 9884-9342



**CAGEPA**Rua Feliciano Cirne, s/n - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO**MATRÍCULA**

54866488

**REFERÊNCIA**

OUT/2014

**CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS**MÁRIO HELENA RIBEIRO  
RUA ANTONIO FELIPE, 75  
CENTRO 58925-000  
SANTA HELENA

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
187 02 120 0079	009	Residencial	Comercial	Industrial	Público	0

Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto
Y05X247523	17/11/2006	4	LIGADO	POTENCIAL

ANTERIOR : ATUAL : CONSUMO (m³) : NUM. DE DIAS : PRÓXIMA LEITURA

709 : 715 : 6 : 30 : 21/11/2014

HIST. DE CONS. / ANO: LEIT.: QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2012-MS.

ABR : 4 : 0 : NÚMERO DE ANCLIPAS

MAI/2014 : 3 : 0 : PARÂMETROS VALORES

JUN/2014 : 0 : 0 : TURBID. 0,06

JUL/2014 : 0 : 0 : COR 1,5

AGO/2014 : 0 : 0 : ODO 0,0

SET/2014 : 5 : 0 : COLIFORMES TOTAIS 0,0

MÉDIA(M) : 5 : DADOS REFERENCIAIS A: AGO/2014

DATA DA LEITURA: 22/10/2014

HORA DA LEITURA: 09:39:49

DESCRIÇÃO: CONSUMO VAL. ÁGUA VAL. ESGOTO TOTAL R\$

RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m 10 24,49 24,49

000 HENESVIRUS(S) MES: ERY/10 R\$ 0,00

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS, R\$2,27 PIS E COFINS, LEI 12.741/12.

**VENCIMENTO:**

05/11/2014

**Total a Pagar:**

R\$ 24,48

- 124

CONDICAO DE LEITURA: REALIZADA CONDICAO DO FATURAMENTO: REAL TIPO

CATEGORIA: NORMAL

POSICAO DE DES. ANTERIORES): NAO EXISTE(M) CONTA(S) ANTEH. EM DEBITO

INFORMACOES GERAIS: PARA SUA CONVIDADE, PAGUE SUA CONTA PELA INTERNET

OU DEBITO AUTOMATICO.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
3ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DO MUNICÍPIO DE PILÕES/PB



CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO para os devidos fins e efeitos legais, que fora Registrado o Boletim de Ocorrência de número 486/15, Folhas nº486, Registro nº486/2015, cujo teor passa a transcrever na íntegra: Aos (02) de janeiro de 2015, nesta cidade de Pilões/PB, e na Delegacia de Polícia Civil desta cidade de Pilões/PB, presente a Autoridade Policial, e na Delegacia de Polícia Civil desta cidade de Pilões/PB, presente a Autoridade Policial o Dr. **ERALDO VIEIRA BARBOSA**, Delegado de Polícia Civil, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 10h, COMPARECE JOÃO DE SOUZA ROLIM NETO brasileiro, natural IPAUMIRIM/CE, CASADO, AGRICULTOR, ALFABETIZADO, RG, 3146452-96 SSP/PB CPF 088.443.974-71 nascido em 15/06/1978, filho de SINVAL HOLANDA ROLIM e de MARIA JULIA DA CONCEIÇÃO ROLIM, residente e RUA ANTONIO FELIPE /N75 BARRO CENTRO EM SANTA HELENA/PB. E PRESTOU A SEGUINTE OCORRÊNCIA: Afirma o declarante que no dia, 22/08/2013 O declarante estava com motocicleta MARCA/MODELO, HONDA/CG 125 NXR-BROS KS ANO 2003/2003, cor AZUL, Placa MMW6279/PB, chassi 9C2JD20103R014085, de Propriedade do Sr (a) ALMI ANTONIO DE LIMA, afirma o declarante que vinha com sua motocicleta quando saia da sua residência para centro quando se deu sua moto estava alta velocidade e caiu se machucando deixando gravemente corte no queixo e tornozelo onde foi socorrido por populares que passavam pelo local levando para o hospital DE EMERGÊNCIA Em CAJAZEIRAS aonde foi realizado O atendimento, afirma o declarante vê diagnostico em ficha ambulatorial deste citado hospital que segue em anexo. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ. CARTÓRIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PILÕES-PB, AO 02 DIA DO MÊS DE janeiro DE 2015.

NOTICIANTE:

*João de Souza Rolim Neto*

*[Assinatura]*  
VISTO DO ESCRIVÃO





 <p>ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL: 1300031653</p>		<p>MATERIAIS - MEDICAMENTOS - OUTROS</p>	
<p>UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS - UPS NOME: HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS ENDEREÇO: RUA - RUA TABELIAO ANTONIO HOLANDA - S/N - CENTRO CEP: 58.900-000 CNES: 261347-6 CNPJ: 08.778.268/0020-23 MUNICÍPIO: CAJAZEIRAS ESTADO: PARÁIBA UF: 25</p>		<p>CARÁTER DO ATENDIMENTO</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO <input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS, TIPOS, DE LESÕES OU ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS</p>	
<p>DADOS DO PACIENTE</p> <p>NOME: JOAO DE SOUZA ROLIM NETO PRONT.: SEXO: M DN - IDADE: 18/06/1978 - 35 A 5 M 23 D RAÇA / COR: MÃE: MARIA JULIA DA CONCEIÇÃO ROLIM OCUPAÇÃO: AGRICULTOR NATURALIDADE: IPAUMIRIM - CE SISPRENATAL: CNS: 898001208401787 CPF: DOCUMENTO: Identidade - 314645296 ENDEREÇO: RUA - ANTONIO FELIPE - ZONA URBANA COMPLEMENTO: CONTATO: (83) 9964-9342 MUNICÍPIO: SANTA HELENA CEP: 58.925-000 ESTADO: PARÁIBA CÓDIGO DO MUNICÍPIO 251330 DATA: 09/12/2013 08:15:34 REGISTRADO, POR: william.jones</p>		<p>PROCEDIMENTO - DESCRIÇÃO</p>	
<p>ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)</p>		<p>DIAGNÓSTICO</p>	
<p>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)</p>		<p>CID - 10</p>	
<p>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)</p>		<p>MEDICAÇÃO</p> <p><input type="checkbox"/> PRESCRITA <input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> APLICADA <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> OUTROS</p>	
<p>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)</p>		<p>SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO</p> <p>1. 0301010049 4 2. 0204040116 R1 5 3. 0301060100 6</p>	
<p>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)</p>		<p>ASSINATURAS DOS PROFISSIONAIS ASSISTENTE(S) - CARIMBO</p> <p></p>	
<p>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)</p>		<p>ASSINATURA DO ACOMPANHANTE / PACIENTE / RESPONSÁVEL</p> <p></p>	
<p>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)</p>		<p>ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO</p>	
<p>EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)</p>		<p>ASSINATURA DO REVISOR CLÍNICO - CARIMBO</p>	

2.168.0.2.8088/15/4/14/4F9EBBDA-46A2-4359-9FA2-6D1B2D63BC76.html



Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3150664931 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** JOAO DE SOUSA ROLIM NETO

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** DENARDI Regulação de Sinistros Ltda



**BENEFICIÁRIO** JOAO DE SOUSA ROLIM NETO


**CPF/CNPJ:** 08844397471


**Posição em 14-07-2016 16:32:05**

Pedido de indenização cancelado. Para mais informações procure a seguradora responsável pelo processo.



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 100.0.20.01909/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Tribunal de Justiça	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 18/06/2020
<b>Número da guia:</b> 100.2020.601909 <b>Tipo da Guia:</b> Custas de Ação Originária			<b>Data de vencimento:</b> 30/06/2020
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 155,34 <b>Promovente:</b> JOÃO DE SOUZA ROLIM NETO - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 - Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b>  <b>Valor da causa:</b> R\$ 998,00			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
866200000028 084709283182 520200630108 002001909015 			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 208,47
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 208,47

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 100.0.20.01909/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Tribunal de Justiça	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 18/06/2020
<b>Número da guia:</b> 100.2020.601909 <b>Tipo de Guia:</b> Custas de Ação Originária			<b>Data de vencimento:</b> 30/06/2020
<b>Promovente:</b> JOÃO DE SOUZA ROLIM NETO <b>Promovido:</b>			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Valor da causa:</b> R\$ 998,00			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 155,34 - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 208,47
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 208,47

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 100.0.20.01909/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Tribunal de Justiça	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 18/06/2020
<b>Número da guia:</b> 100.2020.601909 <b>Tipo de Guia:</b> Custas de Ação Originária			<b>Data de vencimento:</b> 30/06/2020
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 155,34 <b>Promovente:</b> JOÃO DE SOUZA ROLIM NETO - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 - Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b>  <b>Valor da causa:</b> R\$ 998,00			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
866200000028 084709283182 520200630108 002001909015 			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 208,47
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 208,47



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE São JOÃO DO RIO DO PEIXE\_\*\***  
**Juízo do(a) 1ª Vara Mista de São João do Rio do Peixe**

Rua Cap. João Dantas Roteira, S/N, Populares, São JOÃO DO RIO DO PEIXE\_\*\* - PB - CEP:  
58910-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**DECISÃO**

Nº do Processo: 0800590-93.2020.8.15.0051

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOAO DE SOUZA ROLIM NETO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Trata-se de ação judicial proposta por João de Souza Rolim Neto em desfavor da Seguradora Líder.

O feito, entretanto, deve ser remetido à 2ª Vara desta Comarca, vez que a parte entrou com a idêntica ação (mesmas partes e objeto) que foi extinta sem julgamento de mérito, conforme se observa dos autos de nº **0800317-56.2016.8.15.0051**.

Pois bem. A nova sistemática processual impõe que, uma vez extinto o processo sem resolução de mérito, as próximas demandas por ventura ajuizadas com mesmo pedido deverão ser processadas e julgadas perante o juízo que primeiro teve contato com a ação, *in casu*, o que extinguiu o feito sem resolução de mérito. Senão, vejamos:

“Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: (...)

II - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda;”

Em outras palavras, uma vez distribuída uma ação e extinta sem resolução de mérito, o juízo para o qual ela for distribuída será preventivo para recebê-la novamente em caso de repropositura. Neste sentido:

**PREVENÇÃO, AO PRIMEIRO JUÍZO. PRECEDENTE NORMATIVO Nº 11 DA E. CORTE:** 1)O ajuizamento de ação reiterando pedido formulado em processo extinto, sem resolução do mérito e transitado em julgado, implica a sua distribuição por prevenção ao juízo que conheceu da primeira demanda. Inteligência do Precedente Normativo nº 11 da E. Corte. 2)Conflito negativo de competência julgado procedente. (TRT-1-CC: 01009507220175010000, Relator: JOSE DA FONSECA MARTINS JUNIOR, Data de Julgamento: 27/07/2017, Orgao Especial, Data de Publicação: 07/08/2017)

**Ex positis**, determino a **REMESSA** dos autos para a 2ª Vara desta Comarca, o que faço com esteio nas disposições do art. 286, II, do Código de Processo Civil.

**REMETAM-SE** os autos ao distribuidor, mediante baixa e demais cautelas de estilo, para os devidos fins.

Diligências necessárias. Cumpra-se.

SãO JOãO DO RIO DO PEIXE\_\*\*-PB, em 02 de julho de 2020

Juiz(a) de Direito